

Educação. Em audiência a comissão do Senado, ministro da Educação reconhece que magnitude do exame o torna vulnerável a problemas e defende aplicação de outra prova no mesmo ano para dar nova chance de avaliação a alunos e reduzir possíveis falhas

Haddad vê falha no modelo do Enem e sugere que nota seja válida por 2 anos

Rafael Moraes Moura/BRASÍLIA

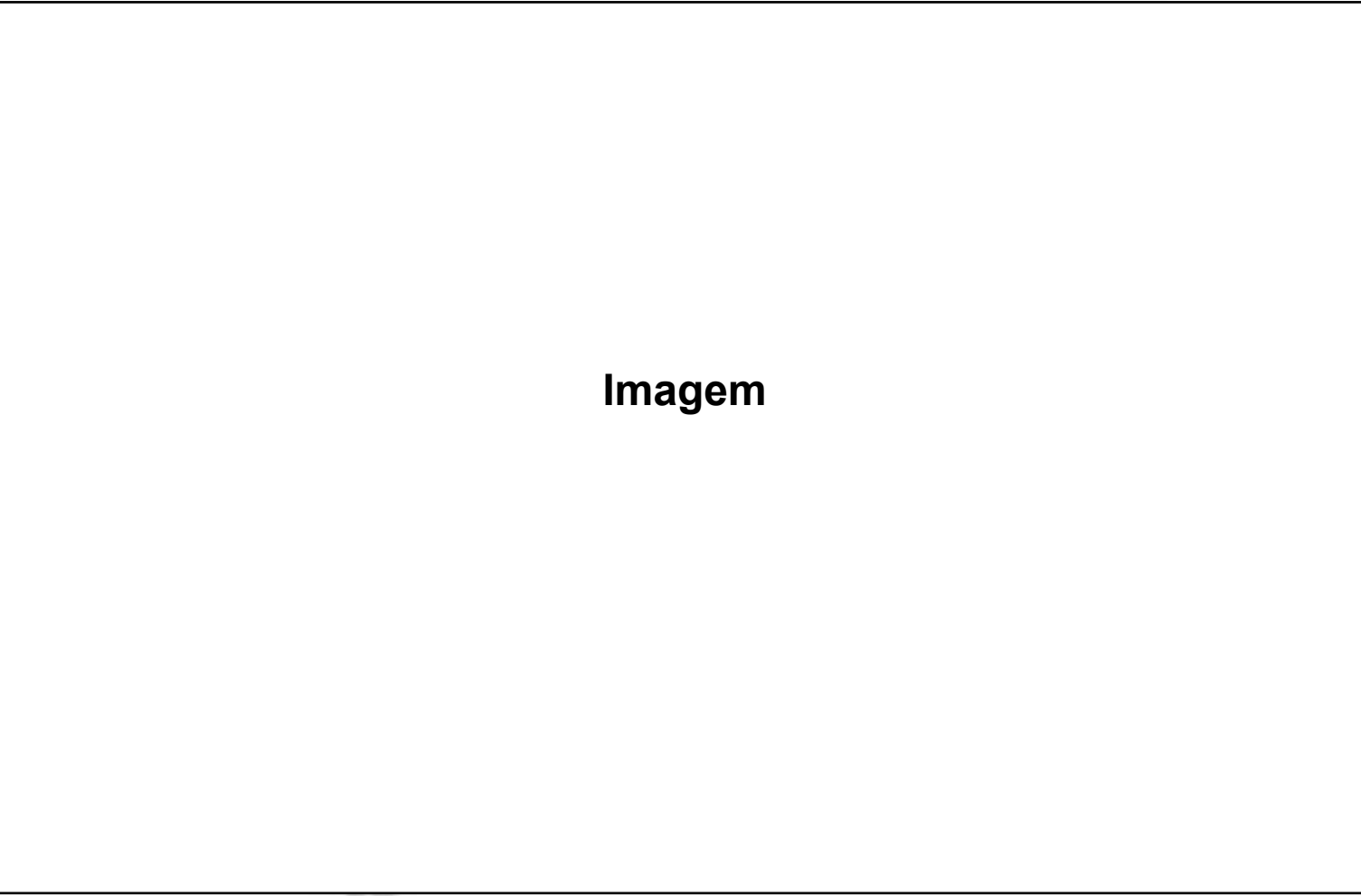
Após duas edições marcadas por uma série de problemas – vazamento da prova, falhas na encadernação, cabeçalho trocado, batalhas jurídicas –, o ministro da Educação, Fernando Haddad, defendeu ontem que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) seja aplicado mais de uma vez por ano e admitiu ampliar a validade da prova para dois anos.

Os comentários foram feitos durante audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, que convidou Haddad para dar explicações sobre os equívocos da última edição do Enem.

“A saída adequada e já planejada é que se realizem mais edições do Enem por ano. Isso vai mitigar, se não a totalidade, a quase totalidade dos problemas que o Inep (*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, responsável pela organização da prova*) enfrenta com falhas às vezes humanas, às vezes ocorrências que não estão sob a sua responsabilidade”, disse. “É possível e desejável que haja mais de uma edição por ano do Enem.”

Na opinião do ministro, a aplicação de outra prova permitiria que o estudante se inscrevesse e fosse avaliado mais de uma vez – além disso, os exames poderiam ser diluídos em datas distantes entre si. “Se ele (estudante) participa de uma (prova) e não se dá bem, participa de outra. Em caso de abstenção, tem no seu horizonte uma nova oportunidade.” Nos EUA, disse, aplica-se o SAT (equivalente ao Enem) sete vezes durante o ano.

Durante a audiência, o ministro também comentou a possibilidade de ampliar a validade do



Imagem

Enem. “A validade (hoje) é de um ano, mas isso também pode ser revisto. Nada impede que ao longo do processo nós atribuamos ao Enem a validade de dois anos, por exemplo. O aluno está desonerado de por dois anos refazer o exame, a não ser que queira.”

Erros. Para Haddad, nenhum sistema com a escala atual do Enem está imune a erros técnicos – falhas humanas, “problemas da natureza” ou a combinação das duas coisas. Ele lembrou episódios em que uma árvore, derrubada por um raio, afetou a rede elétrica de um município mineiro, deixando alunos sem

Atas das salas de aplicação passarão por pente-fino

● As atas das salas de aplicação do Enem vão passar por um pente-fino e ajudar o Ministério da Educação (MEC) a definir

energia durante a prova; em outro caso, um caminhão tombou e caiu numa vala, dificultando o acesso aos malotes com os cadernos. Os dois imprevistos teriam

quem tem direito a uma nova prova, informou ontem o ministro Fernando Haddad. O trabalho de verificar as atas está sendo feito pelo consórcio Cespe/Cesgranrio, que aplicou a prova. “Se houver registro em ata que faltou cartão para ser entregue ao aluno ou alguma ocorrência dessa natureza, será considera-

sido contornados. A própria edição 2009 do Enem foi aplicada três vezes, lembrou Haddad. Além da prova original – re-

do”, disse. Questionado se apenas a prova de sábado seria reaplicada a um número de estudantes, Haddad respondeu que “possivelmente sim”. “Vamos verificar se houve prejuízo por alguma ocorrência na prova de domingo.” Ele reafirmou que não haverá a possibilidade de o exame ser reaplicado para todos os alunos.

marcada após o episódio do vazamento, revelado pelo **Estado** –, o MEC reaplicou o exame para vítimas de enchente no Espírito Santo e presidiários. Nos três ca-

sos, a Teoria de Resposta ao Item (TRI) permitiu a realização de avaliações diferentes, mas com o mesmo grau de dificuldade, observou o ministro.

Durante a audiência com os senadores, o ministro da Educação admitiu que o Inep tem responsabilidade em parte dos erros verificados no Enem 2010, como a troca do cabeçalho no cartão resposta da prova de sábado. “Que houve erro, não tenho a menor dúvida, e o Inep vai apurar. Houve um erro interno no Inep, e o Inep está apurando”, disse Haddad.

Ele, no entanto, isentou o instituto de responsabilidade no vazamento da prova, em 2009, e nas falhas de impressão deste ano – assumidas pela gráfica RR Donnelley. “Em relação a esses episódios não houve (erro do Inep), embora tenha caído sobre o Inep um desgaste que não devia ser dele.”

Licitação. Sobre a dispensa de licitação na contratação do consórcio Cespe/Cesgranrio, Haddad disse que não conhece “nenhum órgão público federal que não se socorra do Cespe para fazer seus concursos, sempre com dispensa de licitação”.

Uma das poucas vozes críticas a Haddad durante a audiência veio da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). “Por que o senhor demorou 48 horas para se pronunciar, minimizou o problema e não assumiu a responsabilidade nem se dirigiu aos estudantes de imediato, nem pediu desculpas?”, questionou Marisa.

O ministro respondeu que em momento nenhum minimizou o direito de cada estudante inscrito. “Ao contrário, um único estudante (prejudicado) tem direito igual a todos os demais”, enfatizou Haddad.